



ACÓRDÃO Nº165/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº11619/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Casa Militar.
- 4- **Exercício:** 2018.
- 5- **Responsável:** Miguel Mouzinho Marinho (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 271/2021-DMP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Casa Militar .
Exercício de 2018.

*Regularidade com ressalvas. Quitação.
Determinação.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **por maioria**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas Anual da Secretaria de Estado da Casa Militar do Estado do Amazonas – SECM, referente ao exercício de 2018, de responsabilidade do Sr. **Miguel Mouzinho Marinho**, Secretário de Estado da Casa Militar - Coronel QOPM e Ordenador de Despesas, à época, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM.

10.2. Dar quitação ao Sr. **Miguel Mouzinho Marinho**, Secretário de Estado da Casa Militar - Coronel QOPM e Ordenador de Despesas, à época, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE.

10.3. Determinar à origem que, nos termos do §2º, do artigo 188, do Regimento Interno, evite a ocorrência das seguintes impropriedades, em futuras prestações de contas:

10.3.1. Atraso na entrega das prestações de contas, contrariando o



ACÓRDÃO Nº165/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

estabelecido no artigo 3º, do §3º, da Resolução nº. 13/2015;

10.3.2. Existência do saldo em restos a pagar, havendo, contudo, um saldo na conta caixa, conforme informações contidas no balanço patrimonial;

10.3.3. Esclarecer a composição da conta Variações Patrimoniais Diminutivas Diversas, tendo em vista a ausência de notas explicativas que demonstrem a composição desse valor;

10.3.4. Crescimento elevado de inscrições em Restos a Pagar e Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados no Balanço Financeiro. Quais os tipos de despesas ou procedimentos contábeis ou financeiros que elevaram de forma expressiva as inscrições de restos a pagar;

10.3.5. Inexistência da conta depreciação acumulada dos bens patrimoniais no balanço patrimonial;

10.3.6. Diferença entre o relatório AJURI (sistema de controle de entrada e saída de bens) e o valor contido no Balanço Patrimonial;

10.3.7. Esclarecer os motivos que desencadearam no aumento expressivo no resultado patrimonial do órgão quando comparado ao exercício anterior;

10.3.8. Excessivos pagamentos de Despesas de Exercício Anteriores e Indenizações efetuadas, visto que os Pagamentos efetuados na Unidade Gestora, foram pagos em Despesas de Exercício Anteriores e Indenizações. As informações apresentadas conforme Relação retirada do Relatório da Execução por Natureza de Despesas;

10.3.9. Permanência de despesa sem procedimento licitatório e lastro contratual, bem justificar a necessidade de aquisição de cada serviço como: (Locação de Veículos, Locação de Aeronaves, Locação de Barco Marítimo).

10.4. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que, após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE.

Vencido o voto-vista do Conselheiro Convocado Luiz Henrique Pereira Mendes pela irregularidade das contas, multa ao gestor e Ciência ao Ministério Público do Estado do Amazonas e Gestor.

11- Ata: 7ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 8 de Março de 2022.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente– não votou), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto, Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado) e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 3

ACÓRDÃO Nº165/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza,
Procurador-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira Relatora

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral